

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES:
superação do capitalismo?**

Aquiles Munarim

Florianópolis, julho de 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES:
superação do capitalismo?

Monografia submetida ao departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Aquiles Munarim

Orientador: Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued

Área de Pesquisa: Economia Solidária / Economia Marxista

Palavras-Chaves: 1 Economia Solidária
2 Secretaria Nacional de Economia Solidária
3 Capitalismo

Florianópolis, julho de 2007.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 ao aluno Aquiles Munarim na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Idaleto Malvezzi Aued
Presidente

Prof. Jaime César Coelho
Membro

Prof. Louis Roberto Westphal
Membro

Para o pequenino Theo, meu filho

Agradecimentos

À minha companheira Mariana, por estar sempre ao meu lado, e com quem vivi pequenas revoluções no decorrer dessa empreitada.

Aos meus pais; Antonio Munarim, cujos sábios conselhos foram de grande préstimo para a realização deste trabalho; e Zélia Maria Peixer Munarim, sempre grande motivadora e conselheira para tudo em minha vida. A vocês devo tudo!

Aos meus irmãos, Ulisses e Iracema, por servirem de exemplo a este caçula nem sempre tão bem comportado.

Aos meus tios, José Luiz Carraro e Zilma Isabel Peixer, pela disponibilidade e boa vontade para ajudar em tudo que precisei.

Ao meu orientador, professor Idaleto, cuja genialidade e força de espírito serviram de grande incentivo à minha formação.

E a todos os meus amigos, simplesmente por serem o que são.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE GRÁFICOS.....	8
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE ABREVIATURAS.....	10
Resumo	11
 <u>CAPÍTULO I</u>	
1. Introdução.....	12
1.1 Problemática	12
1.2 Objetivos.....	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 Metodologia.....	14
 <u>CAPÍTULO II</u>	
2. A Economia Solidária.....	15
2.1 Concepções mais correntes.....	15
2.2 Histórico	16
2.3 A Economia Solidária no Brasil	19
 <u>CAPÍTULO III</u>	
3. A SENAES	21
3.1. História	21
3.2 Políticas Públicas, Projetos e Ações Implementadas.....	25
3.3. O Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES.....	31
3.4. O Mapeamento dos Empreendimentos de ES	32
3.4.1. Os Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil.....	33
3.4.2. Forma de Organização.....	35
3.4.3. Motivos para Criação dos EES.....	35
3.4.4. Área de atuação	36
3.4.5. Comercialização	36
3.4.6. Resultados Financeiros	37
3.4.7. Dificuldades.....	37
3.4.8. Cooperação entre EES	37
3.4.9. Compromisso e Participação Social dos EES	37
3.4.10. Preocupação com a Qualidade de Vida e Meio Ambiente	37
3.4.11. Das Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária.....	38
3.5. A Conferência Nacional de Economia Solidária.....	40
 <u>CAPÍTULO IV</u>	
4. A Economia Solidária para Paul Singer	44

CAPÍTULO V

5. Economia Solidária e a Teoria Marxista	48
---	----

CAPÍTULO VI

Considerações Finais	52
----------------------------	----

Referências	54
-------------------	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. A Estrutura da SENAES.....	21
--------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Motivos para Criação dos EES.....	35
Gráfico 2 - Natureza Jurídica das EAFs.....	37
Gráfico 3 – Vínculos Sociais e Políticos dasEAFs.....	38
Gráfico 4 – Tipos de Atuação das EAFs.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. As Ações da SENAES.....	29
Tabela 2. Quantidade e percentual de EES por Unidade da Federação/Região.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS

ES: Economia Solidária

EAFs: Entidades de Apoio, Acessória e Fomento à Economia Solidaria

EES: Empreendimentos Econômico-Solidários

CNES: Conselho Nacional de Economia Solidária

CONAES: Conferência Nacional de Economia Solidária

FSM: Fórum Social Mundial

FBES: Fórum Brasileiro de Economia Solidária

GT-Brasileiro: Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

ONGs: Organizações Não Governamentais

SENAES: Secretaria Nacional de Economia Solidária

Resumo

O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, à medida que aumenta consideravelmente a produtividade do trabalho conduz sintomaticamente para uma concentração cada vez maior da riqueza, fazendo com que os trabalhadores não mais consigam reproduzirem-se como seres viventes. Como produto disto, têm surgido iniciativas associativas espontâneas no movimento social, denominada Economia Solidária, que buscam outras formas de garantir aos homens produzirem suas vidas, com base na solidariedade e na autogestão. Essas iniciativas, à medida que submetem a produção da riqueza ao controle consciente e planejado, como obra de homens associados, evidenciam um caráter transitório para um outro modo de produção. Neste trabalho, tomo como objeto empírico a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), para demonstrar como sua ação junto a essas iniciativas apontam para uma nova forma de organização social.

1. Introdução

1.1 Problemática

No modo de produção capitalista, a valorização do capital consiste fundamentalmente na compressão do tempo de trabalho ao instante menor possível por unidade do produto, ou seja, a máxima diminuição da porosidade do trabalho. Dessa forma, o capitalismo engendrou magníficos avanços tecnológicos que possibilitaram a elevação desmedida da potência mecânica do trabalho, permitindo ao homem vislumbrar uma possível libertação do trabalho. Esses avanços evoluíram desde a organização na forma de trabalho cooperado (divisão de tarefas) em detrimento do trabalho individual, nos primórdios deste modo de produção; passando pelo desenvolvimento de máquinas que impunham o ritmo de trabalho aos trabalhadores (o homem passa a ser a ferramenta), chegando a sociedade informacional, com inserção de computadores, biotecnologia, engenharia genética, etc.

Entretanto, o instrumental do trabalho, fruto do desenvolvimento dessas forças produtivas, é deturpado pelo processo capitalista de produção e produz a desnecessidade dos homens, trabalhadores e capitalistas.

Não é necessário, portanto, ser observador muito atento para perceber que a massa de desempregados e excluídos têm crescido em ritmo acelerado no mundo, em especial em nosso país. Assim nesses últimos anos, no ímpeto de transformar essa realidade, ou talvez apenas criar alternativas a ela, têm surgido iniciativas associativas espontâneas no movimento social, constituindo o que conhecemos hoje por “Economia Solidária”. O Fórum Social Mundial (FSM) tem sido, por excelência, um espaço de tematização e estímulo a essas alternativas, o que sugere uma reação globalizada ao movimento global do capitalismo.

No Brasil, essas iniciativas emergem com particular significado nas organizações e movimentos sociais populares no decorrer dos anos 90 e início da presente década, desembocando, por pressão desse movimento da sociedade civil, na criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. Essa SENAES é criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para ser uma mediadora e proponente de alternativas de Economia Solidária, em particular, na perspectiva de direcionamento da

ação do Estado. Economia Solidária, pois, como política pública, mais propriamente, política de Estado, é o que estaria na base desse movimento social no Brasil.

O presente trabalho pretende trazer como questão de pesquisa, em primeiro lugar, a contradição, aparente ou verdadeira, que repousaria no fato de políticas de economia solidária, supostamente de cunho socialista, serem gestadas no ventre do Estado que, por natureza e origem, é espaço do capitalismo. A natureza dessas iniciativas, afinal, poderia, de fato, ser classificada como de solidariedade no sentido de contrapor-se à característica de centralização e exclusão que demarca o Capital? Ou seria, tão somente, mais um engendramento do capitalismo no sentido de sua própria perpetuação? Em outros termos, as iniciativas de políticas públicas de economia solidária produzidas no ventre do Estado brasileiro (Governo Federal/SENAES), antes, ou ao invés de produzir um mundo socializante, anti-Capital, estariam contribuindo com a criação de alternativas funcionais ao capitalismo que se renova?

De toda sorte, e com essa questão de fundo, importa neste trabalho tentar chegar à essência dessas iniciativas de Economia Solidária (ES). Entendo que um caminho poderá ser o estudo de sua eficácia econômica num contexto que, queira-se ou não, é de concorrência de mercado nos moldes impostos pelo modelo capitalista de produção. Mas não só a eficácia, a forma como se estabelecem novas relações no bojo das iniciativas de ES, e desses grupos da sociedade civil com o Estado, pode sugerir algo de novo no horizonte da Economia, mesmo que esse novo não seja o “Reino da Liberdade”. Assim, não só a eficácia, mas, quiçá, a eficiência dos processos devem ser estudados.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

- O objetivo geral deste trabalho consiste em buscar uma compreensão a respeito da essência dessas políticas públicas de economia solidária. São elas formas de superação, ou apenas uma ação reformista que reforça o capitalismo?

1.2.2 Objetivos Específicos

- Compreender os objetivos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), sua história, estrutura, propostas, trabalhos desenvolvidos, bem como resultados obtidos;
- Discussão acerca da definição de Economia Solidária, com base em um dos mais proeminentes teóricos dessa área, Paul Singer;
- Desenvolver uma reflexão acerca da ES, com base na teoria Marxista.

1.3 Metodologia

Para esse estudo, de caráter bibliográfico, além do aporte teórico e das discussões e textos já sistematizados sobre a temática, tomarei como base de dados documentos e o Atlas da Economia Solidária produzido no âmbito da SENAES. O trabalho terá como natureza, portanto, uma revisão teórica acerca da literatura sobre Economia Solidária, com especial atenção aos trabalhos do professor Paul Singer, dialogada com a teoria de Marx.

2. A Economia Solidária

2.1 *Concepções mais correntes*

Segundo consta no Atlas da Economia Solidária no Brasil, elaborado pela SENAES, o que se coloca como definição de Economia Solidária é:

(...) uma forma de produção e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano, e não no capital - de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida (MTE, 2006).

Essas organizações se distinguem por duas especificidades, segundo Singer (2002 p.116): “(a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos”.

Assim compreendida, a Economia Solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, que envolve a dimensão social, a econômica, a política, a ecológica e a cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se projetam no espaço público no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável.(SINGER, 2002)

Dentre as concepções de alguns autores estrangeiros, destaco a de Laville (apud Lechat, 2002, p.5), que caracteriza a economia solidária como sendo “um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado”. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária “organiza-se a partir de fatores solidariedade humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade, da autogestão, e adota formas comunitárias de propriedade” (Ibidem). Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional.

2.2 Histórico

A ES nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocados pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção oriundas da revolução industrial. O ideal liberal de auto-regulação da economia era levado a cabo como princípio e dogma inquestionável do capitalismo, e é através deste modelo ideológico liberal de exploração que se inicia o processo de crises e misérias sintomáticas na condição de vida dos proletariados, tais como exploração demasiada da classe operária através de jornadas de trabalho excessiva, utilização de mão de obra infantil e condições de trabalho insalubre e, claro, aumento crescente de desemprego (SINGER,2002).

Nesse contexto, os primeiros focos de pensamento pautados na economia solidária surgem no início do século XIX na Europa, com grande ênfase na França e Inglaterra, sob o comando de Claude Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873), Pierre Proudhon (1908-1865) e Robert Owen (1773-1858).

Claude Saint-Simon idealiza a sociedade dos padrões e trabalhadores com a presença de um Estado forte e industrializado que objetivasse a busca do bem estar das classes trabalhadoras através da produção de coisas úteis à vida e também responsável pela redistribuição da riqueza assim como as classes trabalhadoras estariam unidas em associações de cidadãos.

Charles Fourier projeta uma sociedade constituída por fazendas coletivas agroindustriais chamadas de falanstérios, onde todos desempenhariam papéis importantes com o objetivo do bem estar comum da comunidade. A divisão da riqueza se daria de acordo com a quantidade e qualidade do trabalho de cada indivíduo.

Já Pierre Proudhon, considerado o percussor do anarquismo e fervoroso crítico da propriedade privada, idealiza uma sociedade formada por pequenos produtores que obteriam financiamento de bancos de troca para a aquisição dos meios de produção e onde o dinheiro seria substituído por certificados de circulação fazendo com que as sociedades trocassem serviços.

Robert Owen defende a criação de uma sociedade comunista que se daria através da organização de colônias cooperativas objetivando com isso o fim permanente da propriedade privada dos meios de produção. Na perspectiva de construção dessa sociedade, Owen contribuiu para a criação e organização de diversas cooperativas em meados do

século XIX, tornando evidente a ligação da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo.

Houve, portanto, na Inglaterra e nos Estados Unidos do século XIX, o florescimento de várias iniciativas influenciadas por esses pensadores, que preconizavam a valorização do ser humano e do mutualismo através de cooperativas e associações de produção de socorro mútuo criadas por trabalhadores com o intuito de minimizar os efeitos trazidos pelo sistema liberal capitalista. A mais famosa cooperativa de consumo, a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale (Inglaterra), fundada em 1844, estabeleceu uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação a nível mundial.

Em resumo estes princípios eram os seguintes -. 1º a Sociedade seria governada democraticamente, cada sócio dispondo de um voto; 2º a Sociedade seria aberta a quem dela quisesse participar, desde que integrasse uma quota de capital mínima e igual para todos; 3º qualquer dinheiro a mais investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juro, mas não daria ao seu possuidor qualquer direito adicional de decisão; 4º tudo o que sobrasse da receita deduzidas todas as despesas, inclusive juros, seria distribuída entre os sócios em proporção às compras que fizessem da cooperativa; 5º todas as vendas seriam à vista; 6º os produtos vendidos seriam sempre puros e de boa qualidade; 7º a Sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo; e 8º a Sociedade seria neutra política e religiosamente (ABDL, 2004).¹

No entanto, muito raros foram os empreendimentos dessa espécie que conseguiram manter-se por mais de alguns anos. A respeito dessas experiências, e aos motivos de seus fracassos, Maurício Sarda de Faria (2006) os coloca da seguinte maneira:

Ainda que o desenvolvimento das estruturas e das relações de produção capitalistas no final do século XIX e início do século XX implicassem em dificuldades crescentes para o setor cooperativo de base operária - dada a concentração de capitais, o desenvolvimento dos monopólios, o avanço tecnológico e na gestão dos processos de fabrico -, o abandono das práticas cooperativas foi fruto também de uma mudança estratégica no interior do movimento operário internacional. Os resultados obtidos pela social-democracia alemã no plano parlamentar e das trade-unions inglesas no campo da regulamentação e das condições de trabalho faziam pender a balança para essas organizações que se firmaram, no decorrer do século XX, como as instituições tradicionais do movimento operário.

¹ Disponível em <http://www.lead.org.br/article/view/174/1/186>, acesso em 11/06/2007.

As cooperativas foram assim abandonadas e desprestigiadas, uma vez consolidada a crítica ao seu caráter anódino para o enfrentamento e a transformação do capitalismo (Idem, p.51).

Sobre a situação do movimento cooperativista do século XX, Faria acrescenta ainda:

No século passado, o debate sobre o cooperativismo ficou como que congelado no seio do movimento operário internacional, que centrou seus esforços e mobilizou suas inteligências para a conquista do poder político. Nem mesmo nos momentos agudos de crise, que abalaram com maior ou menor intensidade as estruturas da forma capitalista de produção de mercadorias no decorrer do século XX, foram suficientes para recolocar em cena a busca por formas alternativas de produção dos meios de vida. (Idem, p.51-52)

Este quadro se reverte na segunda metade da década de 1970, quando se assiste ao surgimento de uma nova crise do sistema capitalista, que trás novamente o crescente fantasma do desemprego, o fechamento de empresas e o ressurgimento do ideal liberal (neoliberalismo). É nessa nova conjuntura econômica que reaparece em massa na Europa, a partir da segunda metade da década de 70 e início da de 80, o processo cooperativista/associativista por parte das classes trabalhadoras de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores, cujo objetivo é o de lutar contra a exclusão social, assim como o de salvar e até mesmo criar empregos. Esse movimento ganha volume e espaço social no Brasil e em outros países, onde os trabalhadores dão início a processos isolados de recuperação de empresas falidas e a sua transformação em cooperativas de resistência ao desemprego e aos processos de exclusão social que se intensificaram com a onda neoliberal nos países periféricos, possibilitando, entre outras coisas, a revitalização do debate em torno do tema da autogestão, do cooperativismo e do socialismo (FARIA, 2006).

Ressalta-se que inúmeros movimentos sociais e étnicos surgiram nesse momento de nossa história e trouxe como consequência uma nova visão do social a partir de sua relação com o econômico, com o político e com a relação do homem com o meio ecológico. Esses movimentos coincidiram em muitos aspectos com as demandas do movimento dos trabalhadores, criando um ambiente propício para unirem-se nessa “nova” economia solidária, e assim afirmar o caráter multidimensional do movimento.

2.3 A Economia Solidária no Brasil

Com a transição do Keynesianismo para o modelo econômico neoliberal a partir da segunda metade dos anos 1970, iniciou-se uma nova crise econômica mundial. Essa crise é particularmente sentida nos países em desenvolvimento, como o Brasil, fortemente endividados em decorrência de trinta anos dessas políticas Keynesianas.

Somado a isso, há uma reestruturação da produção, que consiste em uma nova organização do trabalho, fazendo com que as empresas capitalistas reduzissem seus quadros de mão de obra, mediante adoção de novas tecnologias/técnicas de trabalho e da subcontratação de serviços autônomos e cooperativos. E estas mudanças fizeram ocorrer também diversificação das relações de trabalho, criando além do trabalho assalariado formal, o trabalho por conta própria, o individual, o coletivo/solidário, assalariamento informal e até mesmo a volta do trabalho escravo e a exploração do trabalho infantil (SINGER,2002).

Nesse cenário, a ES surge no Brasil como forma de alternativa de defesa da classe trabalhadora contra o processo neoliberal de aniquilamento de milhões de postos de trabalho formal que se dá a partir da década de 80, tanto da iniciativa privada, quanto do setor público, fazendo com que a classe trabalhadora que perdera seus empregos se organizasse em seus próprios negócios, na forma de cooperativas, ou mesmo assumindo empresas em processo falimentar adotando um controle autogestionário.

Na mesma direção, pesquisadores, universitários, técnicos, estudantes, autodidatas, sindicalistas, religiosos, entre outros, foram construindo - cada uma sua maneira - mecanismos de incubação de experiências de ocupação e renda, geralmente em torno de grupos atomizados de pobres e desempregados. Assim, começam a surgir grupos, organizações e movimentos sociais como Cáritas, ANTEAG, Ongs que promovem projetos alternativos comunitários os quais são capitalizados por fundos rotativos. E em meados dos anos 90, desponta-se em várias universidades as “Incubadoras de Cooperativas Populares”, visando ajudar os grupos comunitários a desenvolverem-se coletivamente em atividades econômicas.

Inúmeras redes e organizações atuantes neste campo, como a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT surgiram na última década, indicando o crescimento da ES em nosso país. Da mesma forma, surge o Fórum Social Mundial e a articulação internacional das várias práticas de Economia Solidária que vieram se

integrando a partir dele, com repercussão diferenciada em várias regiões do Brasil. A Economia Solidária; com a organização de redes, complexos e fóruns; possibilitou assim a integração de inúmeras experiências bem-sucedidas, seu fortalecimento, qualificação, visibilidade e multiplicação.

Nesse período verificam-se algumas ações de governos – nas distintas esferas - que têm como alvo medidas instrumentais à economia solidária. Difundem-se experiências públicas de “bancos do povo”, de financiamento à incubação de cooperativas e de empreendimentos populares e tecnológicos, entre outras.

Com a entrada, em 2002, de Lula ao governo, discute-se a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento, via políticas públicas, para a “transformação” do Brasil. Nesse processo de confluência, colaboração e parceria entre organizações espalhadas pelo país e das lutas políticas travadas pelo conjunto desses atores, se constituiu, ao final de 2002, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, cuja mobilização, apresentando propostas à Equipe de Transição, contribuiu para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho.

3. A SENAES

3.1. História

Em 2001, um grupo constituído por organizações e redes de uma diversidade de práticas e segmentos de economia solidária cria o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro) para articular e mediar a participação nacional e das redes internacionais de Economia Solidária no I Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre naquele mesmo ano. Faziam parte desse grupo representantes de sindicatos, universidades, movimentos sociais populares, agências de crédito à ES, igrejas, entre outros.

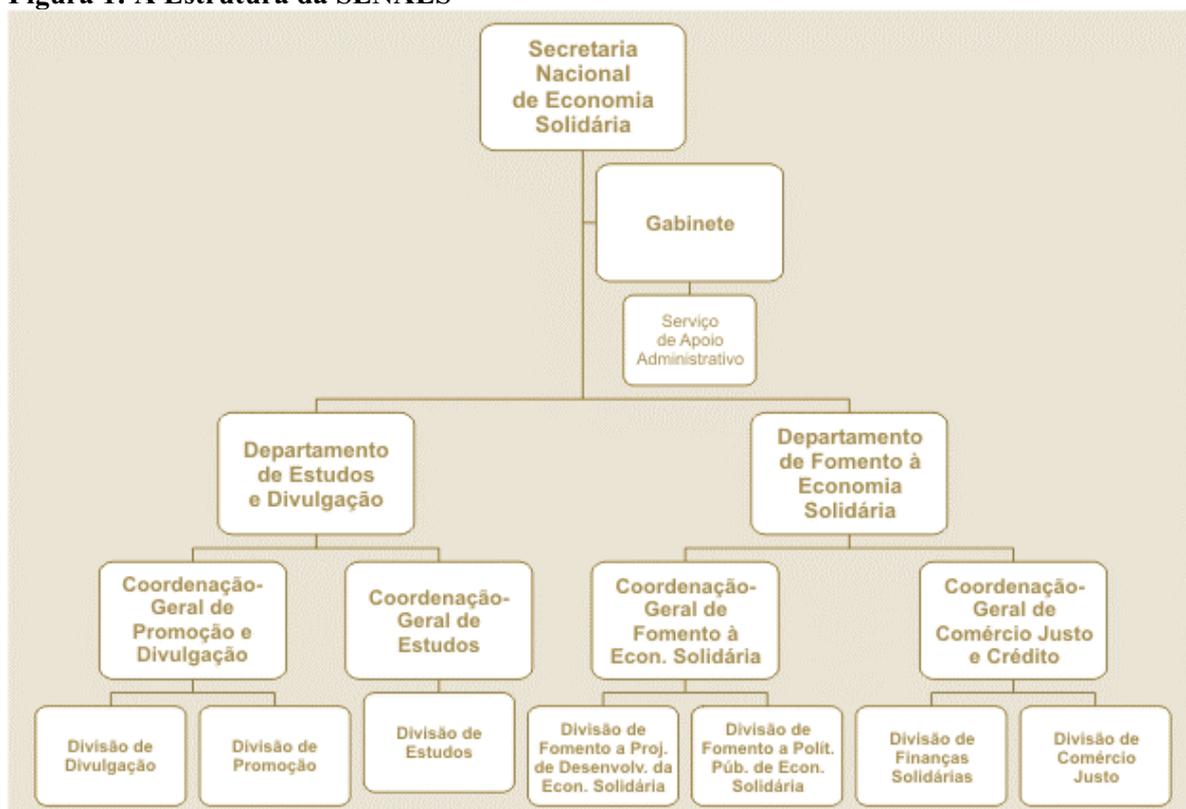
Ao final de 2002, com a vitória de Lula nas eleições presidenciais, este GT-Brasileiro elabora uma carta, encaminhada à equipe de transição, propondo a criação de uma política de apoio à Economia Solidária. Esta carta foi reforçada e ampliada na I Plenária Nacional que iniciou o debate sobre uma Plataforma, uma Carta de Princípios e a criação de um Fórum Nacional de Economia Solidária.

Em 2003, na terceira edição do FSM, o presidente Lula assume o compromisso de criar uma secretaria voltada à elaboração de políticas públicas de Economia Solidária e, em junho daquele mesmo ano, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), presidida pelo professor Paul Singer, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Esta Secretaria é, então, resultado da proposta apresentada ao presidente pelo movimento da sociedade civil, e que, simultaneamente à SENAES, cria o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Sendo ambas instâncias representativas da economia solidária em plano nacional, porém a primeira no âmbito do Estado, e a segunda da sociedade civil. Mais precisamente, foram as entidades de fomento dos empreendimentos assim organizados aquelas que, num primeiro momento, participaram mais ativamente da criação da SENAES. Fato este que afirma o caráter de interpenetração de organizações estatais e não-estatais no espaço de produção de políticas de economia solidária.

A SENAES encontra-se hoje estruturada da seguinte forma:

Figura 1: A Estrutura da SENAES



Fonte: www.mte.gov.br acesso em maio de 2007

De acordo com a Lei nº 10683 de 28/05/2003, que determinou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, fixou-se que seria de competência desta:

- I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério;
- II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;
- III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;
- IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;
- V - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;
- VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;
- VII - contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;
- VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;
- IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;

- X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;
- XI - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais;
- XII - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;
- XIII - supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;
- XIV - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério, em sua área de competência; e
- XV - articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência.²

Ao Departamento de Estudos e Divulgação compete:

- I - colaborar com o desenvolvimento e divulgação de pesquisas na área da economia solidária;
- II - articular-se com o Departamento de Qualificação, da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, para a promoção de ações de formação no campo da economia solidária;
- III - promover seminários, encontros e outras atividades que tenham por objetivo a divulgação e promoção da economia solidária;
- IV - coordenar estudos da legislação que visem ao fortalecimento da economia solidária; e
- V - apoiar iniciativas das universidades com vistas à criação de campo acadêmico e científico da economia solidária.”(Art. 19)

Ao Departamento de Fomento à Economia Solidária compete:

- I - promover ações e elaborar e coordenar programas que visem ao desenvolvimento e fortalecimento da economia solidária;
- II - coordenar a articulação e o desenvolvimento de parcerias com organizações não-governamentais, entidades de classe, universidades e outras instituições para o desenvolvimento de programas de economia solidária;
- III - promover a expansão dos empreendimentos solidários, mediante a abertura de canais de comercialização e a divulgação dos conceitos de comércio justo e consumo ético;
- IV - promover a articulação de políticas de financiamento que viabilizem a criação de novos empreendimentos e o desenvolvimento e consolidação dos já existentes; e
- V - cooperar com a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego e outros órgãos de governo para o desenvolvimento de linhas de crédito que sejam mais adequadas aos empreendimentos solidários. (Art. 20)

² MTE/Senaes: Tomada de contas anual 2005. Relatório de gestão.

Ainda em 2003, a SENAES cria o programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” e o colocou no Plano Plurianual (PPA/2004-2007). Este programa tem como objetivo promover o “fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário” (SENAES, 2005). Mais especificamente, o programa propõe-se a:

- a) dimensionar e dar visibilidade ao universo dos empreendimentos de autogestão e economia solidária no Brasil;
- b) qualificar os atores envolvidos com a implementação das políticas públicas direcionadas à economia solidária e à autogestão;
- c) promover a economia solidária junto aos empreendimentos de autogestão;
- d) facilitar o intercâmbio de experiências reflexões sobre temas afins entre os empreendimentos;
- e) contribuir para a organização da autogestão na geração de trabalho e renda dos trabalhadores autônomos;

Seu público-alvo inclui: *a)* os trabalhadores em risco de desemprego, desempregados ou autônomos; *b)* cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da economia solidária; e *c)* fóruns municipais e regionais de desenvolvimento.

Em 2003, a SENAES se estruturou e, em 2004, o objetivo era então criar condições para a efetiva implementação do programa. Tinha como estratégia de implementação as seguintes ações:

- Articulação de políticas de fortalecimento da economia solidária e estímulo à participação da sociedade civil na elaboração e avaliação dessas políticas, por meio, principalmente, do Conselho Nacional da Economia Solidária.
- Articulação e integração de políticas públicas de economia solidária com estados e municípios.
- Integração da ES com os processos estratégicos de desenvolvimento (local, regional e urbano), priorizando a organização de cadeias produtivas, envolvendo setores como: material reciclável, confecção, artesanato e outros.

- Fomento e constituição de empreendimentos e de cadeias produtivas solidárias a partir das oportunidades e recursos existentes em outras políticas sociais e setoriais do governo federal (segurança alimentar, habitação, saneamento, reforma agrária, educação de jovens e adultos, e outros).
- Fomento à constituição de redes a partir dos empreendimentos autogestionários, feiras, redes de distribuição e comércio justo.
- Articulação das políticas de finanças solidárias.
- Proposição de uma nova institucionalidade que crie mecanismos de proteção e garantia do direito ao trabalho associado.
- Promoção do debate público da economia solidária (seminários, encontros, eventos e cursos).
- Elaboração de metodologias, diagnósticos e outros instrumentos de acompanhamento e avaliação da economia solidária.

3.2 Políticas Públicas, Projetos e Ações Implementadas

Dentre as políticas públicas, programas, projetos e ações que já foram ou estão sendo implementadas pela SENAES as principais, conforme destacado em documento oficial, “Políticas Públicas para o Desenvolvimento Econômico-Solidário do Brasil” da I CNES(2006), são:

* Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – Mapeamento: o SNIES, é coordenado pela SENAES, e deu base ao Atlas da Economia Solidária no Brasil, possibilitando mapear zonas de potencialidades econômicas de zonas socioeconômicas, facilitando a organização de cadeias produtivas solidárias.

* Articulação da política da Economia Solidária com o sistema público de emprego, explorando-se algumas conseqüências dessa articulação.

* Centros públicos de Economia Solidária: espaços locais para a Economia Solidária para aglutinação de diversas iniciativas, formação,

reuniões dos Fóruns estaduais, abrigo de eventos culturais ligados à Economia Solidária, pequenas atividades comerciais, etc. Trata-se de espaços públicos, mas não estatais, com gestão compartilhada entre governo e sociedade civil. Decorrem da necessidade de ter-se espaços públicos para estruturar ações de Economia Solidária; devem ser espaço de irradiação que apontem para articulação em rede dos atores da Economia solidária; devem ser implementados em localidades que gerem novas dinâmicas econômicas sociais para o território e considerar ações direcionadas a preservação e sustentação do meio ambiente.

* Mapeamento da oferta organizada da agricultura familiar (associações, organizações): com uma articulação interministerial está sendo feito este levantamento sobre a agricultura familiar, que dará base a um estudo propositivo, possibilitando definir-se linhas de ações concretas: capacitação, assessoria e formas de apoio a essas organizações; apoiar a formação de redes horizontais, criando-se condições para que as redes possam se reunir, através de projetos, gerando-se suporte para encontros e ações articuladas; avaliar a sustentabilidade da produção. Abre-se aí um importante espaço de articulação com a economia solidária.

* Ação de Promoção do Comércio Justo e Consumo Responsável: ação da Senaes que visa fomentar práticas de comércio e consumo solidários em todo o Brasil - Programa de apoio a Feiras de Economia Solidária, Fomento ao Sistema de Comercialização Regional - Centrais de Comercialização e Campanha de Nacional de Promoção dos Produtos e Serviços da Economia Solidária

* Centrais de Comercialização: Espaços de encontro, troca de experiências, estudo e debate; informação e formação, exposição de produtos, possibilitando-se aos produtores fazerem negócios (compra e venda), com gestão e administração pelos empreendimentos.

* Programa de Fomento a Feiras, elaborando-se um calendário unificado de feiras municipais, estaduais, nacional; trabalhando-se a formação juntamente com a comercialização, foi desenvolvido em parceria com entidades da sociedade civil e o Governo Federal. Estas feiras têm três objetivos principais: proporcionar um espaço de comercialização dos produtos da Economia Solidária; promover formação em Economia Solidária para os próprios empreendimentos solidários envolvidos e o público em geral; e dar visibilidade ao movimento e aos conceitos de Economia Solidária para o cidadão comum, devendo se articular à campanha nacional “Economia Solidária: Outra Economia Acontece”.

* Semana Nacional da Economia Solidária: com manifestações em todos os âmbitos (local, estadual e nacional) possibilita integrando eventos e feiras.

Entre as principais propostas que têm sido debatidas nacionalmente, e que estão para serem implantadas, elencam-se:

* Fundo Nacional da Economia Solidária. Composto de recursos de diferentes fontes, para atender diferentes formas de finanças solidárias: Fundo Rotativo, Cooperativa de Crédito, Moedas sociais, Poupanças Solidárias, com gestão compartilhada. O Fundo deve ser descentralizado, para promover o desenvolvimento local, com a participação dos Fóruns Locais. (a ser implantado)

* Formalização e Inclusão Social de Empreendedores de Baixa Renda, uma vez que segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada pelo IBGE em março de 2004, 21,8% da população ocupada é de empregados sem carteira assinada e outros 21% correspondem a trabalhadores por conta - própria. Uma parte desses trabalhadores são pequenos empreendedores informais que trabalham em condições precárias. A formalização permitiria o acesso a linhas de crédito, benefícios de políticas públicas voltados à atividade econômica formal e acesso ao comércio regular entre empresas. Entre as soluções apresentadas para induzir e facilitar a formalização estão a simplificação dos regimes tributário, previdenciário e trabalhista e mecanismos de apoio para o cumprimento das obrigações e procedimentos necessários ao registro e gestão dos pequenos e médios empreendedores.

* Sistema Nacional de Comercialização Solidária: integrando diversas ações com vistas a potencializar o comércio ético e consumo solidário, cuja estratégia de implantação tem sido debatida com articulações e fóruns, além de envolver Ministérios como o MTE, MDA e MDS, visando consolidar uma proposta pensando do ponto de vista territorial, estimulando processos de integração das ações de comércio e avançar em metodologias adequadas à diversidade de contextos e perfis de consumidores de cada região ou território.

* Campanha Nacional de divulgação da Ecosol: divulgar e massificar a Economia Solidária valendo-se de televisão, rádio, Internet, material impresso, e de um portal sobre Economia Solidária.

* Portal Público de Economia Solidária – catálogo on line dos produtos e serviços da economia solidária, facilitando a comercialização e a articulação entre produtores e consumidores.

* IBGE: Inclusão de variáveis e indicadores de interesse da economia solidária nas suas pesquisas. No que se refere à Economia Solidária e Segurança Alimentar, nos quadros do Programa Fome Zero (cujo orçamento em 2005 ultrapassou a R\$ 12 bilhões) há muitas interfaces que podem ser melhor exploradas pela economia solidária, particularmente duas.

* Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Consad: reunindo um conjunto de municípios em instâncias deliberativas compostas por 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 do poder público, esses consórcios definem um Plano de Desenvolvimento Territorial Integrado, que pode estar baseado em um opção estratégica pela Economia Solidária. Assim, o Consad Serra Catarinense, por exemplo, implementa atualmente o projeto de constituição de uma Rede de Economia Solidária, visando a integração cooperativa de Consumo e da Produção, mapeando e diagnosticando as demandas de consumo e

produção da região. Atualmente há 40 Consads espalhados pelos 26 estados brasileiros

* Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: possibilitando que Agricultores Familiares vendam uma parte de sua produção (pouco mais de R\$ 3 mil anuais) ao Governo Federal que por sua vez utiliza esses produtos em várias ações de segurança alimentar. Até junho de 2001 o Governo Federal havia investido R\$ 461 milhões na compra de produtos da agricultura familiar. Nesse contexto, por exemplo, o Consad do Extremo-Oeste Catarinense, implementando de forma inteligente o Programa de Aquisição de Alimentos, gerou a possibilidade de efetuar a cada mês uma compra pública de produtos de 400 famílias de agricultores, utilizada na produção de cestas de alimentos e no abastecimento da rede pública, atendo a 18 mil pessoas com produtos de elevada qualidade, entre os quais, salames, queijos, frangos, files de peixe, etc. Igualmente nesse âmbito há um espaço aberto que pode favorecer as organizações de economia solidária e articulação comunidade.

* Bolsa Família – Este Programa de Transferência de Renda já alcança a mais de 8 milhões de famílias devendo chegar a pouco mais de 11 milhões de famílias no próximo ano. Somente no Consórcio do Vale do Ribeira, SP, há uma transferência mensal de aproximadamente um milhão de reais para famílias que viviam na condição de insegurança alimentar. A organização de iniciativas solidárias de consumo e de produção com a população beneficiária do Bolsa Família pode ter um impacto significativo. Com a integração do total das famílias a serem beneficiadas, o volume de transferência de renda mensal a essas famílias vai girar acima de meio bilhão de reais ao mês no Brasil, uma vez que somente em 2005 foram transferidos aproximadamente R\$ 6,6 bilhões nesse programa.

* Programa de Atendimento Integral às Famílias – PAIF: em Paracuru, CE, o Banco Palmas assessorou o município que implantou um sistema local com uma moeda social PAR em correspondência ao volume de recursos recebidos no PAIF, ativando o comércio e a produção local com a utilização da moeda social. Em 2005, em todo o Brasil, foram aplicados nesse programa, conhecido como casas da Família, cerca de R\$ 100 milhões.

* Inclusão Produtiva – programa de geração de renda no Fome Zero na perspectiva da Economia Solidária cujos recursos em 2005 giraram em torno de R\$ 27 milhões.

Esses princípios e atividades estruturam uma estratégia política de promoção da emancipação social, segundo Paul Singer (2005), elas contribuíram para o processo de desenvolvimento comunitário no Brasil:

O desenvolvimento de programas emancipatórios pelo governo federal, em parceria com governos estaduais e municipais, agências de fomento

da sociedade civil e movimentos sociais, deve resultar numa ampliação significativa dos processos de desenvolvimento comunitário, que constituem a melhor maneira de efetivamente combater a pobreza e evitar a criação de novas desigualdades sociais e econômicas.³

De forma esquemática pode-se considerar como os principais eixos e ações da SENAES o que consta na tabela 1:

³ Paul Singer, o lado oculto do governo. *Revista Teoria e Debate* / nº 61 - fevereiro/março de 2005 . Disponível em : <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3228>, acesso em 11/06/2007

Tabela 1 – As Ações da SENAES

EIXO DE AÇÃO DA SENAES	Principais atividades 2004- 2007
Finanças Solidárias	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação para construção do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado • Apoio a entidades que atuam como bancos comunitários
Marco Jurídico da Economia Solidária	<ul style="list-style-type: none"> • Anteprojeto de lei das Cooperativas de Trabalho • Anteprojeto de lei do Programa Nacional de Cooperativismo • Debate sobre a Lei Geral do Cooperativismo
Formação em Economia Solidária	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de Gestores Públicos • Formação de Formadores e Educadores • Plano Setorial de Qualificação (parceria com Departamento de Qualificação do MTE) • Programa Nacional de Incubadoras - PRONINC
Comunicação e Divulgação da ES	<ul style="list-style-type: none"> • Campanha Nacional da Economia Solidária (realização e distribuição de material impresso e programas de rádio e TV)
Estudos e Pesquisas para Conhecimento e Promoção da ES	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento Nacional • Implantação e atualização do Sistema de Informação em ES (SIES), no plano nacional • Implantação dos SIES Estaduais • Realização de Estudos e Pesquisas
Comercialização e Redes de Produção	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à realização de Feiras Estaduais e Feira Nacional • Articulação para a promoção do consumo ético e comércio justo
Institucionalização das Políticas de ES e Estímulo à Participação Social	<ul style="list-style-type: none"> • Conferência Nacional de Economia Solidária • Instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária • Implantação de Centros Públicos de ES • Institucionalização da ES nas DRT • Apoio e articulação com políticas públicas regionais e locais

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CUNHA, 2007

3.3. O Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES

O Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) foi criado pelo presidente Lula no mesmo ato da criação da Senaes. Sua implantação e o seu subsequente funcionamento é uma das ações previstas no Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.

No entanto, foi apenas com a I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), realizada em junho de 2006, que o CNES se estruturou e ganhou força. Segundo os Anais da I CONAES, o conselho é um:

(...) órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, de natureza consultiva e propositiva, composto por representantes da sociedade civil e poder público, que tem por finalidade realizar a interlocução e buscar os consensos em torno de políticas e ações de fortalecimento da economia solidária (SENAES, 2006 p.2).

O CNES pressupõe, portanto, um diálogo da SENAES com a sociedade civil e com as diversas esferas governamentais na elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de economia solidária.

A estrutura do CNES, como ficou definida a I CONAES, é composta por três segmentos, sendo eles:⁴

1. **Empreendimentos de Economia Solidária**, representados por: Associação Nacional de Cooperativas de Crédito e Economia Solidária (ANCOSOL); Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão (ANTEAG); Confederação Nacional de Cooperativas da Reforma Agrária (CONCRAB); União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária (UNISOL); União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES); e outros 15 representantes de empreendimentos econômicos, indicados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), totalizando vinte entidades.

⁴ Fonte: www.mte.gov.br acesso em junho de 2007.

2. **Entidades da Sociedade civil;** representadas por: Articulação do Semi-Árido (ASA); SEBRAE; Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA); Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC); Rede Cerrado; Rede Mulheres Economia; UNITRABALHO; Movimento Nacional de Catadores; Movimento Nacional Quilombolas; Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária; Cáritas Brasileira; Fórum de Comércio Ético e Solidário; Associação Brasileira de Entidades de Microcrédito (ABCRED); Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG); Pastoral Social da CNBB; OCB, totalizando dezessete entidades

3. **E Governo,** representado por: MTE; SENAES; MDA, MC; MMA; MAPA; MDS; MF; Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria de Aquicultura e Pesca; SEPIR; MIN; MCT; MEC; BNDES; CEF; BB; FONSET; e REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA (19 entidades: 13 ministérios, 3 bancos federais, 2 redes de administradores estaduais e municipais e a SENAES)

A criação do CNES, da forma que é dada, teve papel estratégico na definição da Economia Solidária como política pública, visto que seus propósitos se firmam dentro do governo, a partir de um movimento advindo da sociedade. Em outros termos, o CNES significou tanto a participação mais direta da sociedade civil na formulação de políticas públicas como a integração de ações inter-ministeriais para elaboração dessas políticas.

3.4. O Mapeamento dos Empreendimentos de ES

Com a finalidade de atender a uma antiga demanda do movimento de ES, a SENAES realizou um amplo trabalho de levantamento de informações, iniciado em 2004 e concluído em 2005, e a criação de um banco de dados sobre a Economia Solidária no Brasil. Como resultado disso, foi lançado em 2006 o Atlas da Economia Solidária no Brasil, que apresentava as informações colhidas, e constituiu-se como base para a criação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES).

Esse mapeamento teve como meta identificar todos os empreendimentos de ES no país, bem como entidades de apoio, assessoria e fomento à ES. A pesquisa, segundo o

Atlas, buscou abranger questões relativas à: identificação, abrangência e características gerais; tipificação e dimensionamento da atividade econômica; investimentos, acesso a crédito e apoios; gestão do empreendimento; situação de trabalho no empreendimento e dimensão sociopolítica e ambiental.

Destacarei aqui, resumidamente, algum dos resultados obtidos pelo mapeamento que considero mais importante.

3.4.1. Os Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil

Nesse primeiro ano de levantamento, foram identificados um total de 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), distribuídos em 2.274 municípios do Brasil. Desses empreendimentos, fazem parte um milhão duzentos e cinquenta mil trabalhadores, que fazem circular algo em torno de quinhentos milhões de reais por mês, por meio de múltiplas formas de organização. A distribuição dos empreendimentos pelo país está apresentada na tabela 2:

Tabela 2. Quantidade e percentual de EES por Unidade da Federação/Região

UF	Nº de EES	% EES	Nº de Municípios	% Municípios/Total de municípios
RO	240	1,6%	40	75%
AC	403	2,7%	20	87%
AM	304	2,0%	32	51%
RR	73	0,5%	14	88%
PA	361	2,4%	51	35%
AP	103	0,7%	13	76%
TO	400	2,7%	84	60%
NORTE	1.884	13%	254	56%
MA	567	3,8%	73	33%
PI	1.066	7,1%	83	37%
CE	1.249	8,4%	134	72%
RN	549	3,7%	77	46%
PB	446	3,0%	101	45%
PE	1.004	6,7%	129	69%
AL	205	1,4%	48	47%
SE	367	2,5%	63	83%
BA	1.096	7,3%	153	37%
NORDESTE	6.549	44%	861	48%
MG	521	3,5%	101	12%
ES	259	1,7%	59	75%
RJ	723	4,8%	82	88%
SP	641	4,3%	147	23%
SUDESTE	2.144	14%	389	23%
PR	527	3,5%	109	27%
SC	431	2,9%	133	45%
RS	1.634	10,9%	270	54%
SUL	2.592	17%	512	43%
MS	234	1,6%	25	32%
MT	543	3,6%	91	65%
GO	667	4,5%	127	51%
DF	341	2,3%	15	83%
CENTRO-OESTE	1.785	12%	258	53%
TOTAL	14.954	100,0%	2274	41%

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. MTE - SENAES

3.4.2. Forma de Organização

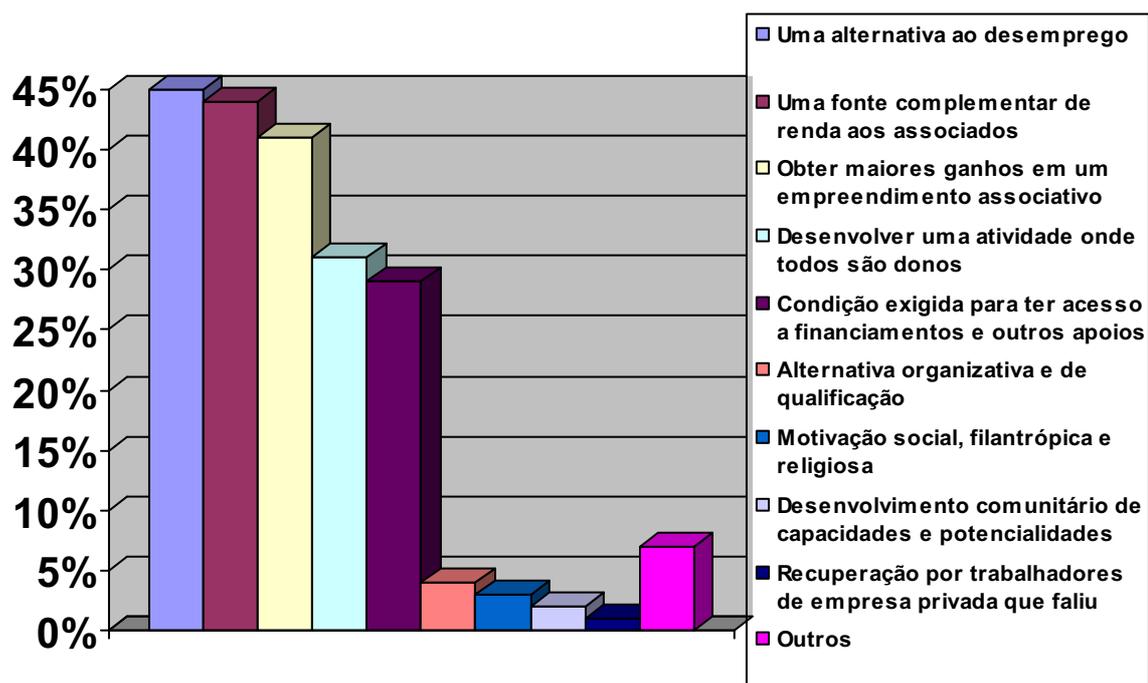
Um dos objetivos do mapeamento foi distinguir os empreendimentos quanto à sua forma de organização, podendo ser cooperativas, associações, grupos informais e outros (Sociedades Mercantis etc.). No Brasil⁵, a maioria dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação (54%), seguida dos Grupos Informais (33%) e Organizações cooperativas (11%) e outras formas de organização (2%).

3.4.3. Motivos para Criação dos EES

Outro dado, coletado no mapeamento interessante a ser citado são os motivos pelo qual são criados os EES. Dentre as respostas obtidas, destacam-se: alternativa ao desemprego (45%), complemento de renda dos sócios(44%), obtenção de maiores ganhos (41%), possibilidade de gestão coletiva da atividade (31%) e condição para acesso a crédito (29%). Além desses, há ainda outros motivos menos frequentes conforme mostra o gráfico 1:

⁵ No Atlas da Economia Solidária no Brasil os resultados coletados estão apresentados separadamente por regiões do país. No entanto, optei por trabalhar aqui apenas com os resultados do Brasil, visto que o que interessa para este trabalho é a totalidade dos valores.

Gráfico 1 – Motivos para Criação dos EES



Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. MTE

3.4.4. Área de atuação

Dentre esses empreendimentos, destaca-se ainda o fato de que metade (50%) atua exclusivamente na área rural, 33% atuam exclusivamente na área urbana e 17% têm atuação tanto na área rural como na área urbana.

3.4.5. Comercialização

O estudo mostra que uma quantidade muito pequena de empreendimentos de economia solidária realiza transações internacionais (2%), enquanto que a maioria afirma vender ou trocar produtos e serviços no comércio local comunitário (56%). Desses ainda, 50% comercializam seus produtos em mercados/comércios municipais, e apenas 7% têm como destino de seus produtos o território nacional.

3.4.6. Resultados Financeiros

A maior parte dos empreendimentos de ES obteve sobras ao final do exercício de suas atividades econômicas (38%). Outros 16% são deficitários, ou seja, não conseguiram cobrir suas despesas; e 33% dos empreendimentos conseguiram pagar suas despesas, mas não obtiveram sobras. Há ainda um grupo (13%) dos empreendimentos que não têm em vista a obtenção de resultados financeiros ou optaram por não informar.

3.4.7. Dificuldades

Dentre as dificuldades enfrentadas, predomina entre os EES os problemas para a comercialização dos produtos (61%). Em seguida, está a dificuldade para obtenção de crédito (49%) e a falta de acesso a acompanhamento, apoio ou assistência técnica (27%).

3.4.8. Cooperação entre EES

Constatou-se que mais de 5.500 empreendimentos (37%) afirmam adotar ações cooperativas com outros EES no Brasil. Dentre essas ações incluem-se: aquisição de insumos dos próprios associados ou de outros EES, e comercialização/troca de seus produtos ou serviços com outros EES.

3.4.9. Compromisso e Participação Social dos EES

A qualidade de vida dos consumidores dos produtos e serviços dos EES é uma preocupação de 67,4% do total de empreendimentos, e ainda 58,2% têm compromissos social ou comunitário.

Além disso, 59,4% afirmam participar de movimentos sociais e populares e 42,2% participam de redes ou fóruns de Economia Solidária.

3.4.10. Preocupação com a Qualidade de Vida e Meio Ambiente

Neste quesito, constatou-se que, dentre outras preocupações apresentadas pelos EES, 28,6% dos empreendimentos afirmam oferecer produtos orgânicos ou livre de

agrotóxicos, enquanto que 31,8% afirmam realizar tratamento ou reaproveitamentos dos resíduos.

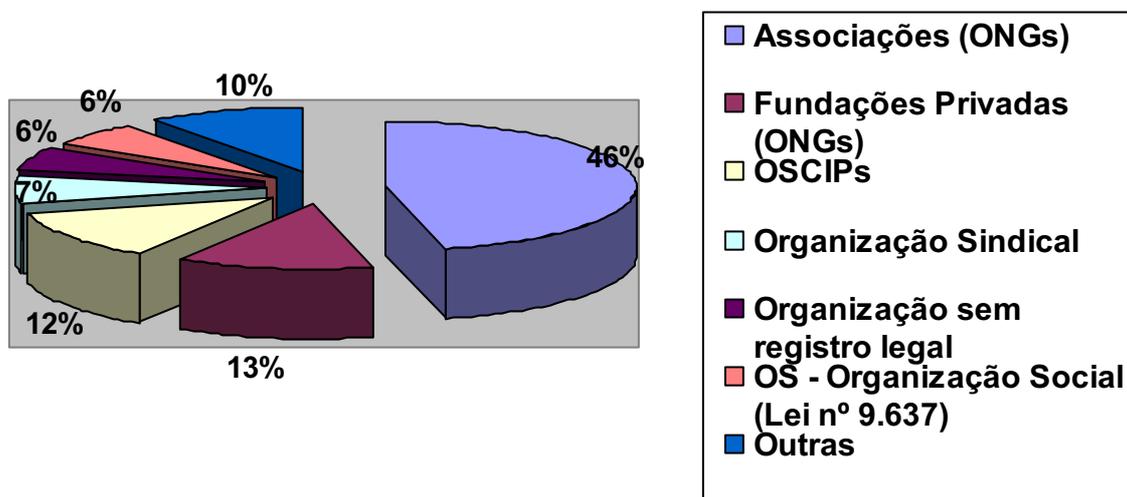
3.4.11. Das Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária

O mapeamento identificou 1.120 Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAFs) no Brasil, sendo que a distribuição destas pelas regiões do país segue uma certa proporcionalidade com o número de EES em cada região.

Quanto à abrangência de atuação, verificou-se que mais da metade tem abrangência municipal (37%) ou intermunicipal (20%). As EAFs cuja atuação têm abrangência estadual e interestadual representam 28% e 5%, respectivamente. E 10% do total afirmam atuar em todo território nacional.

No que diz respeito às formas de organização, verificou-se que a maior parte das EAFs são Organizações Não Governamentais com natureza jurídica de associação (46%), seguida pelas Fundações (13%) e Oscips (organizações da sociedade civil de interesse público) com 12% do total. O gráfico 2 ilustra essas representações:

Gráfico 2 - Natureza Jurídica das EAFs

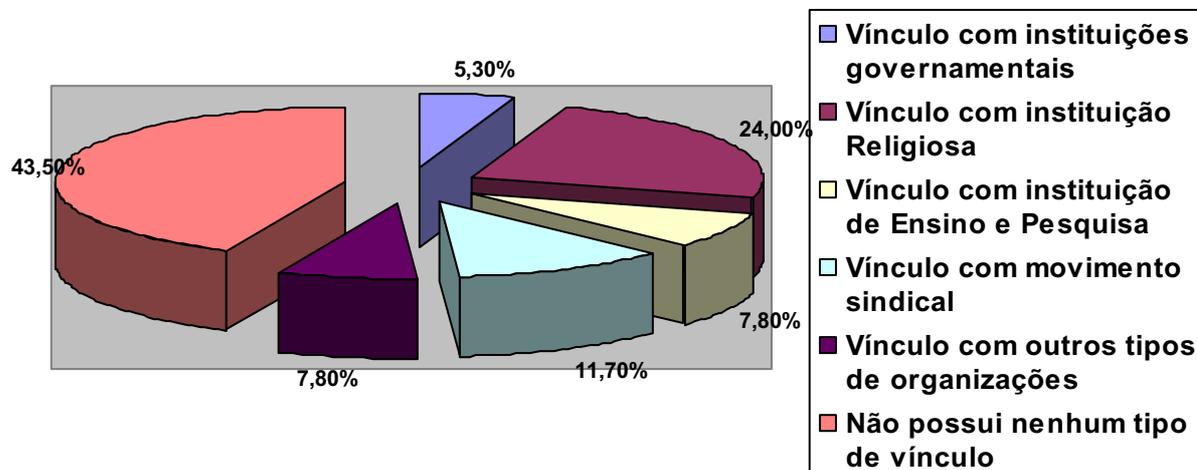


Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 – MTE

A maior parte (43,5%) das entidades afirma não possuir vínculos com outras organizações sociais e políticas. Dentre as que possuem algum vínculo, destaca-se as EAFs

ligadas à instituições religiosas (24%), seguida pelo movimento sindical (11,7%). Conforme o gráfico 3:

Gráfico 3 – Vínculos Sociais e Políticos das EAFs

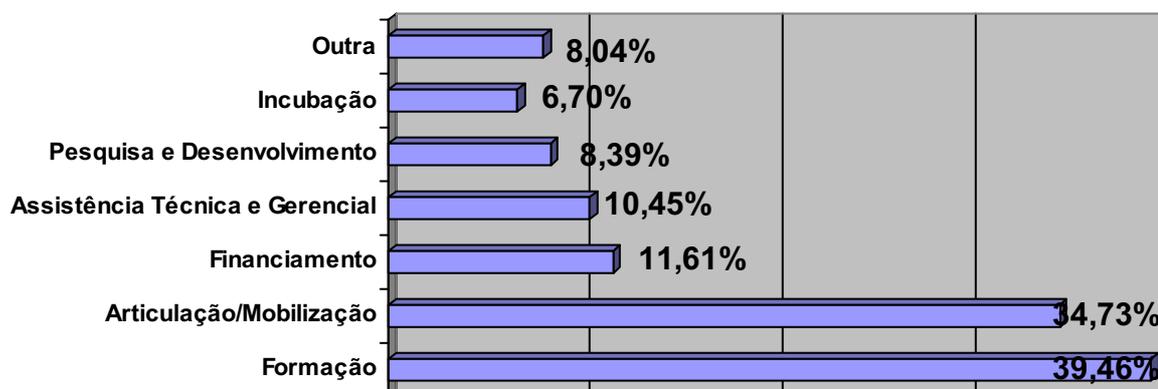


Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 - MTE

Por fim, no que diz respeito às Entidades de Assessoria e Fomento de Economia Solidária, verificou-se que, dentre os tipos de atividades desenvolvidas pela mesmas, predominas as de formação e as de articulação / mobilização, com 39,5 e 34,7% respectivamente.

Estas e as demais atividades estão representadas no gráfico 4:

Gráfico 4 – Tipos de Atuação das EAFs



Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 - MTE

3.5. A Conferência Nacional de Economia Solidária

Em 2006, a SENAES promoveu a I Conferência Nacional de Economia Solidária, que se realizou em Brasília entre os dias 26 e 29 de junho, e teve como tema “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”. Tanto esta conferência quanto os seus processos preparatórios, nos estados, configuraram um importante espaço de formação e difusão da Economia Solidária, além de contribuírem para a definição de diretrizes que nortearão as políticas públicas de Economia Solidária.

A conferência dividiu-se em três eixo temáticos:

O primeiro discorre sobre “*os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo*”. Aqui, neste eixo, definiu-se a concepção de Economia Solidária a ser construída, que segundo os Anais desta conferência é:

A Economia Solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital. Esta prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de

gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos. (SENAES, 2006)

Complementando ainda essa definição, o documento ressalta que a construção da Economia Solidária exige uma educação solidária, que direcione no sentido de uma transformação da mentalidade competitiva em favor de um espírito de cooperação. Ressalta o acesso irrestrito a todo tipo de informação, através de espaços comuns de discussão, bem como incentivo ao envolvimento de todos em todas as questões.

No segundo eixo temático, colocou-se “*o balanço do acúmulo da Economia Solidária e das políticas públicas implementadas*”, onde ressaltou-se o avanço na articulação política, social e humana da ES, com a organização de fóruns, conselhos entre outras atividades que permitiram promover as ações de elaboração coletiva de propostas que visam fortalecer os processos solidários (de produção, comercialização, consumo, financiamento, intercâmbio, capacitação e desenvolvimento tecnológico).

Por fim, o terceiro eixo temático definiu as “*prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de Economia Solidária e mecanismos de participação e controle social*”. Aqui, em primeiro lugar, coloca-se como principal desafio da Economia Solidária no Brasil, tornar as políticas atuais que lhe dão apoio em políticas perenes, com a criação de um Fundo de Desenvolvimento da Economia Solidária – FDES. Ainda nesse eixo, foi lançada algumas prioridades para construção da Economia Solidária, que colocarei aqui de forma reduzida, envolvendo aspectos como:

a) Comercialização: articular ações em um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário para apoiar a inserção da economia solidária no mercado internos e dar-lhe proteção nas relações comerciais com o exterior; criar mecanismos de integração entre os EES; e promover a aquisição de bens e serviços da economia solidária pelo Estado, via reformulação da Lei de Licitações.

b) Marco Jurídico: substituição da atual lei sobre cooperativismo (Lei 5764/71) por outra que assegure a liberdade de todas as correntes do cooperativismo, e desburocratização do registro dos EES como cooperativas. Reconhecimento das formas de organização social e econômica da economia solidária, garantindo acesso à seguridade social e à proteção

social; e que regule a lei de falência, favorecendo a aquisição dos empreendimentos falidos pelos empregados dos mesmos.

c) Crédito e Finanças Solidárias: criação de novos fundos específicos para economia solidária, novas condições de acessos a fundos públicos municipais, estaduais e federais; e sistemas de garantias de empréstimos a empreendimentos que por falta de capital não podem oferecer garantias reais.

d) Formação, Assistência Técnica e Tecnologia: implantação de redes de assistência tecno-gerencial e o acompanhamento dos EES por entidades de apoio e Incubadoras de Cooperativas Populares; trabalhar com uma proposta educativa abrangendo os princípios de economia solidária; e difundir e tornar acessíveis as novas tecnologias, equipamentos e programas de informática priorizando o uso e desenvolvimentos de software livres em sistemas de informação de ES

e) Comunicação e Divulgação: democratização da comunicação, com o fortalecimento das redes alternativas de comunicação popular (jornais, rádios e TV's comunitárias, etc.); dar continuidade ao SIES que recolhe dados do mapeamento e oferta conhecimento sobre a realidade da economia solidária no Brasil facilitando a articulação de redes e fóruns.

f) Investimento em Infraestrutura: investimentos em eletricidade, acesso a produtos monopolizados (cimento, vidro, etc.); investimento em logística de armazenamento e distribuição; e investimentos em comunicação.

g) Saúde do Trabalhador: integrar a promoção da saúde do trabalhador com a economia solidária, tendo por objetivo tornar o trabalho mais seguro e saudável, identificação de riscos, articular ações entre Saúde do Trabalhador e Saúde Mental.

h) Sustentabilidade Ambiental: incentivo ao manejo sustentável da natureza, ao tratamento e reciclagem de resíduos e à agroecologia; estabelecer regras para a conservação e utilização de forma sustentável de recursos genéticos e distribuição equitativa dos benefícios; e implementar políticas para a defesa do patrimônio genético e da biodiversidade e de combate à biopirataria.

i) Institucionalidade e papéis dos Entes Federados na Política de ES: integrar as políticas de ES com outras políticas setoriais; dar às políticas de ES dimensão de políticas de Estado e garantir o caráter participativo e o controle social dessas políticas a serem construídas e geridas em conjunto pelo Estado e pela sociedade.

j) Participação e Controle Social: participação dos sujeitos sociais e políticos na formulação, desenvolvimento, acompanhamento, fiscalização e avaliação das políticas, para aperfeiçoá-las e legitimá-las socialmente, estabelecendo assim um processo pedagógico do exercício democrático; articular os Conselhos Municipais de Economia Solidária em redes, para fortalecer a ES em base local e territorial.

4. A Economia Solidária para Paul Singer

Em suas formulações, nos artigos e livros observados, Paul Singer deixa claro sua visão da Economia Solidária como um diferente “modo de produção”; alternativo e competidor ao capitalismo; mas gestado em seu próprio seio; e que carrega em seu bojo um potencial revolucionário numa hipotética transição para o socialismo. Singer sugere inclusive um paralelismo com a própria história do capitalismo, que nasceu com a exclusão social em massa praticada no feudalismo e que foi, clandestinamente, criando uma economia alternativa à economia oficial até o momento em que essa economia alternativa se tornou, na Inglaterra, mais forte e passou a ser o modo de produção dominante (SINGER,2001).

Dessa forma, o autor acredita que os trabalhadores devem apropriar-se e fazer uso das forças produtivas desenvolvidas no capitalismo, e aplicá-las em novas relações sociais de produção. Essa visão está bem expressa na seguinte passagem, retirada do livro Uma Utopia Militante:

A primeira reação generalizável é a formulação de um projeto social alternativo ao capitalismo, em que se combinam as novas forças produtivas com relações sociais de produção concebidas para superar a exclusão social e suscitar uma repartição equânime da renda e, portanto, dos ganhos decorrentes do avanço das forças produtivas (SINGER, 1998, p.108).

Essas novas relações sociais, por sua vez, deveriam organizar a produção e a distribuição de forma democrática e igualitária. Sendo assim, Singer acredita que a autogestão seria a melhor forma para se atingir tal objetivo. Em seu texto “Oito Hipóteses para a Implantação do Socialismo via Autogestão”, ele afirma:

Separando, dentro do projeto socialista, a questão econômica, ou seja, como organizar de forma democrática e igualitária a produção e a distribuição (...) a autogestão é a melhor do ponto de vista da experiência histórica. A autogestão não foi inventada por algum teórico, para depois ser colocada em prática. Ela é resultado de uma experiência de um século e meio de tentativas de organização coletivistas que têm origem nas lutas de Robert Owen, na primeira metade do século XIX, na Inglaterra (SINGER,2001 p.230)

Novaes (2005) afirma que Paul Singer admite o Owenismo como um projeto socialista ou comunista que tem persistido por quase dois séculos. Este pauta-se em Thompson para enfatizar sua simpatia pela visão apropriação das forças produtivas, conforme expresso na seguinte passagem:

Muito longe de ter uma perspectiva retrógrada, o owenismo foi a primeira das grandes doutrinas sociais a prender a imaginação das massas naquele período, que começava com a aceitação dos poderes produtivos da energia a vapor e da fábrica. O que estava em questão não era a máquina e sim a motivação do lucro, não as dimensões da empresa industrial, mas o controle do capital social por detrás (THOMPSON, 1968, apud NOVAES, 2005, p.95).

Sendo assim, Singer toma como ponto de partida da sua linha de raciocínio o momento em que a classe operária britânica abandona sua aversão ao progresso técnico (ludismo) e organiza sua luta na construção de um “um novo mundo à base das novas forças produtivas, mas em que a cooperação e a igualdade tomem o lugar da competição e da exploração” (SINGER, 1998, p.73). A influência de Owen então passa a ser determinante no movimento sindicalista:

Como a oposição ao industrialismo mostrava-se inviável, a única opção que restava aos trabalhadores era desenvolver um projeto de sociedade em que seus interesses pudessem ser realizados, através do aproveitamento das forças produtivas desencadeadas pelas máquinas e pelos motores (SINGER, 1998, apud NOVAES p.95)

Partindo desse pressuposto histórico, e admitindo que a Economia Solidária, hoje, aproxima-se do movimento owenista, um projeto “socialista ou comunista alternativo” para Singer deve contemplar pelo menos as seguintes questões:

O desafio ideológico é formular um projeto de sociedade que respeite as liberdades individuais, políticas e econômicas conquistadas pelos trabalhadores no capitalismo hodierno e lhes ofereça inserção no processo produtivo em termos de pleno emprego, participação nas decisões que afetam seus destinos também ao nível de empresa e um patamar mínimo de rendimentos que lhes proporcione um padrão ‘normal’ de vida (SINGER, 1998, p.109-110).

No que tange às forças produtivas, essas deveriam ser tomadas pelo patamar em que se encontram no capitalismo em seu ápice hegemônico, ou seja, na atualidade. E nunca ter como ponto de partida o que ocorrera nos séculos anteriores. Trazendo para o contexto brasileiro, Singer afirma que o desenvolvimento solidário não deve “ignorar nem rejeitar os avanços científicos e tecnológicos promovidos pelas multinacionais” na busca por novas forças produtivas que sejam coerentes com o respeito à natureza e que favoreçam valores como igualdade e auto-realização, mas sim “submetê-los ao crivo permanente dos valores ambientais, da inclusão social e da autogestão” (SINGER, 2004, apud NOVAES, 2005, p.95).

O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, no entendimento de Singer, abriu possibilidades de substituição quase que plena do homem pela máquina no processo produtivo. Esse fenômeno pode ser positivo tanto para trabalhadores quanto para os capitalistas, muito embora os interesses dessas classes pelo avanço científico sejam conflitantes. Esse conflito, natural, estaria determinado pelo fato de que “a ética científica de conquistar conhecimento novo para a humanidade deve se chocar com sua comercialização” (SINGER, 2004, apud NOVAES, 2005, p.97)

É nesse ponto em especial que seu argumento está focado. Para Singer, a concorrência entre os capitais privados impulsiona o avanço do conhecimento científico, uma vez que é a superioridade técnica que determina o domínio dos mercados em que as empresas atuam. Assim, ainda que visando apenas o lucro, as empresas investem em P&D possibilitando esse persistente avanço tecnológico, entendido como positivo para a classe trabalhadora e, conseqüentemente, para a superação do capitalismo.

O ponto crucial situa-se na necessidade de se disponibilizar livremente o novo conhecimento, rompendo a propriedade privada da informação, via patentes. Nas palavras de Singer, um novo projeto de desenvolvimento, o “desenvolvimento solidário”, deve apoiar-se:

(...) sobre os mesmos avanços do conhecimento, e sua aplicação aos empreendimentos humanos, que o desenvolvimento capitalista. Mas o desenvolvimento solidário propõe um uso bem distinto das forças produtivas assim alcançadas: essas forças deveriam ser postas à disposição de todos os produtores do mundo, de modo que nenhum país, região ou localidade seja excluído de sua utilização e, portanto, dos benefícios que venham proporcionar (SINGER, 2004, apud Novaes, 2005, p.97).

Dessa forma, a proposta de desenvolvimento solidário, para Singer, não se opõe ao desenvolvimento propriamente dito. Ao contrário, tem como propósito “tornar os desenvolvimentos mais justos, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igualitária e menos casual”(NOVAES,2005, p.97).

Essas proposições já estariam se tornando verdadeiras para Singer, em movimentos como o do *software* livre e com os demais pilares da “terceira revolução industrial”. Pois, como bem observa o autor há nas empresas capitalistas mais progressistas uma redução do autoritarismo capitalista na própria empresa e um aumento da responsabilidade e autonomia dos trabalhadores de linha podendo indicar uma mudança estrutural na grande empresa capitalista, que tende a assumir a forma de uma “grande rede multiforme de unidades de produção, de distribuição, de pesquisas etc, muitas das quais poderão passar a ser geridas em conjunto com os trabalhadores” (SINGER,2001, p,238).

O otimismo de Singer com o avanço das forças produtivas fica expresso na seguinte frase:

Se for verdade que as novas forças produtivas desenvolvidas na revolução micro-eletrônica exigem maior participação e democracia nas empresas, a predição de Marx de que o socialismo se imporá por exigência do desenvolvimento das forças produtivas será mais uma que se mostrará verdadeira (SINGER, 2001, p. 239).

5. Economia Solidária e a Teoria Marxista

Em Marx, o modo de produção capitalista constitui “uma totalidade complexa, cujo desenvolvimento é movido por um impulso endógeno originado das suas contradições internas” (GERMER, 2005 p.4). Sendo assim, os elementos de um novo modo de produção emergem, espontaneamente, até atingirem uma dimensão incapaz de ser contida pelos beneficiários do modo de produção vigente, o qual encontrará seu fim “sob o impacto das potências transformadoras geradas pelo seu próprio desenvolvimento” (Ibidem).

Ao examinar as experiências cooperativas de seu tempo, Marx atribuiu grande importância ao fato de estas demonstrarem pela primeira vez a desnecessidade de uma classe de patrões na produção. Em outras palavras, os trabalhadores têm capacidade de eles próprios gerirem a produção, não apenas em pequena escala, mas também sob toda dimensão que o avanço tecnológico e gerencial possa atingir. Assim:

Reconhecemos o movimento cooperativista como uma das forças motrizes para a transformação da presente sociedade, que repousa sobre contradições de classe. O seu grande mérito reside em mostrar, na prática, que o sistema vigente de *subjugação do trabalho* ao capital, despótico e causador de miséria, pode ser substituído pelo sistema republicano e enriquecedor da *associação de produtores livres e iguais* (Marx, 1866, apud GERMER, 2005, itálicos no original).

Ou ainda:

Mas o futuro nos reservava uma vitória ainda maior da economia política do operariado sobre a economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajustados de alguns *hands* [mãos, significa também operários, N. do T.] audazes. O valor dessas grandes experiências sociais não pode ser superestimado.

Pela ação, ao invés de por palavras, demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna, pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utilizam o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa, com

gosto, com entusiasmo e alegria (MARX, s/d, apud GRADE, 2007, p.17, grifo meu).

O que se pode apreender disto é que, admitindo as iniciativas de Economia Solidária atuais como sendo uma reinvenção do movimento cooperativista estudado por Marx, conforme Singer, as iniciativas de Economia Solidária da atualidade, são formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado, porém ainda no interior do capitalismo. Em uma passagem de “O Capital”, Marx (1991) define as “fábricas cooperativas” como sendo:

(...)a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista. Mas, dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho. Elas mostram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção correspondentes, novo modo de produção naturalmente desponta e se desenvolve partindo do antigo. Sem o sistema fabril oriundo do modo capitalista de produção, não poderia desenvolver-se a cooperativa industrial dos trabalhadores, e tampouco o poderia sem o sistema de crédito derivado desse modo de produção. Esse sistema, que constitui a base principal para a transformação progressiva das empresas capitalistas privadas em sociedades capitalistas por ações, também proporciona os meios para a expansão progressiva das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional (Idem, p.509).

Para Marx ainda, tanto as sociedades capitalistas por ações quanto as cooperativas devem ser consideradas como formas de transição do capitalismo para o modo associado⁶. A diferença fundamental é que “num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro de maneira positiva”(MARX,1984, p.335).

No entanto, essas formas associadas de produção têm como pressuposto o avançado grau de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, em que estas não permitam mais ao homem produzir sua existência de forma isolada, mas sim “como universalidade histórica, em que todos os homens estejam em contato uns com os outros”

⁶ Sobre o sistema de ações Marx diz que nestes: “(...)existe já a antítese à antiga forma, em que meios sociais de produção surgem como propriedade individual; mas a transformação na forma da ação permanece ainda presa às barreiras capitalistas; e portanto, em vez de superar a antítese entre o caráter social da riqueza e a riqueza privada, só a desenvolve numa nova configuração” (MARX, 1984, p.334)

(GRADE,2007 p.4), e que “a vida de cada um passe a ser questão de todos e que a vida de todos dependa da práxis de cada um” (AUED, 2005 apud GRADE,2007 p.4). Sendo assim:

Este resultado do desenvolvimento máximo da produção capitalista é uma fase transitória que levará o capital necessariamente a reverter à propriedade dos produtores não mais, porém, como propriedade privada de produtores individuais e sim como propriedade dos produtores na qualidade de associados, propriedade diretamente social. Nesta fase transitória todas as funções do processo de reprodução ainda ligadas até agora à propriedade do capital se transformarão em simples funções dos produtores associados, em funções sociais (MARX, 1991 apud GRADE,2007 p.19)

Cabe aqui destacar uma discrepância da teoria de Marx para os argumentos de Singer. Este último, conforme visto no capítulo anterior, vê as cooperativas como um “novo modo de produção” que foi sendo construído em conjunto com o capitalismo, pelos produtores diretos, à medida que estes se vêem ameaçados em sua condição de homens viventes (GRADE, 2007). Dessa forma subentende-se em Singer as cooperativas como sendo algo acabado, um fim a ser atingido. Singer destaca o desenvolvimento das forças produtivas, mas sem as considerar pressupostos das lutas políticas, nem “como decorrência da transmutação do trabalho individual em social, de como a passagem do trabalho individual em social engendra também a luta política” (Idem p.15).

Para Marx, essas iniciativas de produção associada são resultados do desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista como sendo formas transitórias que “evidenciam a sua negação e, por conseguinte, a sua superação como modo de produção da existência humana” (GRADE, 2007, p.17). A economia solidária é então, um processo superior, da superação da alienação humana (Idem). Assim, segundo Marx:

(...) a estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado. Para isso, precisa a sociedade de uma base material ou de uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, só pode ser o resultado natural de um longo e penoso processo de desenvolvimento (MARX, 1999 apud GRADE 2007).

Essa base material manifesta-se, portanto, na redução da jornada de trabalho, como resultado da máxima condensação da produtividade do trabalho até o ponto em que o trabalho assalariado será por completo eliminado como fundamento material da existência

dos homens, e assim, o tempo livre se estabeleça como princípio organizador da sociedade. A partir do momento em que os homens dominarem as forças produtivas, e colocá-las a favor da produção humanizada, estarão “criadas as condições para o ser social se pôr como ser independente, e criar uma sociedade onde o pressuposto da existência humana é a liberdade de sua existência humanizada” (AUED, 2005 apud GRADE, 2007). Enfim, o “Reino da Liberdade”.

Considerações Finais

Fundamentando-se no exposto até aqui, e voltando à indagação que marca o objetivo geral deste trabalho, concluo primeiramente, e com base no que é consenso entre os autores analisados, que a superação do capitalismo e a subsequente organização social a se firmar estruturar-se-á obrigatoriamente a partir das bases conquistados no interior do próprio capitalismo. Ou seja, a própria organização social da produção e a consequente interdependência entre os agentes, bem como o desenvolvimento das forças produtivas engendradas no capitalismo propiciará sua ruptura.

Dessa forma, a propriedade privada tende a converter-se em propriedade coletiva, à medida que se socializa na forma de sociedades anônimas, cooperativas industriais, fundos de investimentos, empresas estatais, dentre outras formas. A superação da propriedade privada põe-se como fato.

A Economia Solidária, no entanto, desponta para além dessas formas de organização social, uma vez que submete a produção da riqueza ao controle consciente e planejado, como obra de homens associados, ainda que subsumido ao mundo do capital em degeneração. Sendo assim, a ES explicita em sua forma elementos que marcam um conteúdo transitório. Essa “fase transitória” advém, portanto, do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista, negando-o, evidenciado uma fase de transição para uma forma na qual a propriedade privada será convertida em propriedade dos produtores na qualidade de associados. E é nessa concepção de ES que eu me posiciono.

É, no entanto, no que concerne à ES como política de Estado que repousa a contradição central, alvo dessa pesquisa. Cabe aqui então retomar o entendimento de dois autores, referidos nesse trabalho, sobre a Economia Solidária e sua relação com o Estado.

Singer, conforme visto, entende a ES como outro modo de produção, paralelo e competidor ao capitalismo. Portanto, esse “modo de produção solidário” deve ser fortalecido para obter igualdade de condições nessa concorrência e assim, subsumir o modo de produção capitalista através de bem comportada concorrência econômica, tornando-se hegemônico. Dessa forma, caberia a SENAES, na medida em que ocupa espaço na superestrutura, aplicar políticas públicas que cumpram esse papel de fortalecimento da ES para, conseqüentemente, superar o capitalismo.

Germer, em seu entendimento da teoria marxista, nega a existência de diferentes “modos de produção”, e afirma que o capitalismo vai se transfigurando à medida que se

desenvolve, promovendo a expropriação da propriedade privada, até o ponto em que esta subsista apenas como suporte jurídico ultrapassado. No entanto como ela é assegurada pelos instrumentos de força social concentrados no Estado, é a natureza do poder de Estado que é decisivo e necessita ser alterado como pré-condição da instituição do novo modo de produção.

Acredito ser impossível afirmar hoje que a SENAES representa esse rompimento da “natureza do poder de Estado”, citado por Germer, dada a sua ainda irrisória dimensão dentro do governo e a curta experiência histórica obtida. Porém, não se pode subestimar aqui o ineditismo da relação Estado-sociedade na elaboração das políticas públicas dessa secretaria.

Como procurei demonstrar no capítulo 3, não é objetivo da SENAES em suas políticas exercer um contra-poder às empresas tradicionais, como, por exemplo, incentivar à ocupação das empresas falidas pelos trabalhadores e à propriedade coletiva dos meios de produção. O fato é que a SENAES, numa dimensão nacional, é o que são as instituições de assessoria à economia solidária, no que quer que este termo signifique para cada uma delas. E o Conselho Nacional de Economia Solidária, atuante no interior da SENAES, é o “parlamento da economia solidária”, onde os atores poderão realizar a mediação entre os trabalhadores das experiências que assessoram e representam as instituições de fomento em nível federal.

Ainda que a Economia Solidária não represente um “modo de produção” paralelo ao modo de produção capitalista (e nesse ponto concordo com Germer) e, portanto, essas políticas públicas não devam se pautar no fortalecimento da ES para “concorrer” com o modo de produção capitalista, creio que são válidas no sentido de impulsionar mudanças nas condições gerais da sociedade, e na transferência do poder organizado da sociedade.

Resta saber quanto tempo a classe trabalhadora levará para se desvencilhar dessa rede de ficções, mediações e tutelas para dedicar-se à construção do seu campo próprio de relacionamento social, para por fim ao capitalismo e todas as formas de exploração e opressão.

Referências

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES, 2006. Anual.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. 01, 2006, Brasília. **Anais I Conferência Nacional de Economia Solidária.** Ministério do Trabalho e do Emprego, SENAES, 2006.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Políticas Públicas de Economia Solidária Enquanto Ressignificação das Relações Estado-Sociedade:** alguns elementos teóricos e empíricos. Anais Eletrônico do II Seminário Nacional do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais. Florianópolis, 2007. Disponível em http://www.cfh.ufsc.br/~npms/noticias.php?noticias_id=18 Acessado em junho de 2007.

FARIA, Mauricio Sarda de. **Cooperativismo e Empresas Recuperadas:** novos e velhos problemas para os sindicatos. Anais da 30º ANPOCS: Trabalho e Sindicato na Sociedade Contemporânea; Curitiba, abril de 2006.

_____. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária:** avatares do trabalho e do capital. Florianópolis, 2005. 399f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

GERMER, Claus. **A Economia Solidária:** uma crítica com base em Marx. 2005. Anais: 4º Colóquio Marx e Engels. *Centro de Estudos Marxistas (Cemarx)*, IFCH, Unicamp, 8 a 11 de novembro de 2005.

GRADE, Marlene; AUED, Idaletto Malvezzi. **MST:** luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista. Florianópolis, 1999. 318f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

GRADE, Marlene. **Solidariedade como Espaço da Transição:** uma análise crítica da economia solidária a partir de Karl Marx. XII Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo, 2007. Disponível em www.sep.org.br. Acessado em junho de 2007.

LECHAT, Nöele M. P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil.** Disponível em

http://br.geocities.com/mcrost07/20050316a_as_raizes_historicas_da_economia_solidaria_e_seu_aparecimento_no_brasil.htm Acessado em agosto de 2006.

MANCE, Euclides, **Políticas Públicas para o Desenvolvimento Econômico-Solidário do Brasil**. Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária. Brasília, junho de 2006,

MARX, Karl. **O Capital**. L. 3, vol.V. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991.

_____. **O Rendimento e suas fontes**: a economia vulgar. In: *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974a.

NOVAES, Henrique Tahan; DAGNINO, Renato. **Para além da apropriação dos meios de produção?** o processo de adequação sócio-técnica em fábricas recuperadas. Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

SINGER, Paul. Autogestão e socialismo: oito hipóteses sobre implantação do socialismo via autogestão, In: OLIVEIRA, Paulo S. (Org.): **O lúdico na cultura solidária**. São Paulo: Hucitec, 2001. p 229-239.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **O Lado Oculto do Governo**. Revista Teoria e Debate / nº 61 - fevereiro/março de 2005 .

Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3228>, acesso em 11/06/2007

SENAES/MTE: **Tomada de contas anual 2005**. relatório de gestão. Disponível em www.mte.gov.br Acesso em maio de 2007.

Endereços Eletrônicos

<http://www.lead.org.br/article/view/174/1/186>

www.mte.gov.br

www.sep.org.br